

# Diário do Legislativo de 19/11/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - Reunião Ordinária

#### 1.2 - 272ª Reunião Extraordinária

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Comissão

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATAS

## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 14/11/2002

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do Dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Fábio Avelar - João Paulo - José Milton - Luiz Menezes - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Pinduca Ferreira - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz.

#### Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião ordinária de terça-feira, dia 19, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

### ATA DA 272ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 13/11/2002

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Rogério Correia; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.326/2002; discurso do Deputado Rogério Correia;

questão de ordem - Encerramento.

## Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

## Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia, solicitando a inversão da pauta da presente reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.416/2001 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.326/2002, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Para discuti-lo, com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputado Antônio Júlio, colegas Deputados e Deputadas, esse projeto, enviado pelo Governador do Estado, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica.

Porém, antes de entrar na discussão desse projeto, é preciso dizer por que solicitei a inversão da pauta. Na verdade, a primeira proposição em pauta era outro projeto do Governador do Estado, o qual altera a Lei nº 12.653, que estabelece os sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, que serão desenvolvidos e explorados diretamente pela CEMIG ou através de empresas subsidiárias integrais. Esse projeto, através de requerimento aprovado pela unanimidade dos Deputados, passou a ser o último da pauta. Aliás, agradeço a aprovação desse requerimento, porque o projeto a ser discutido trata da chamada desverticalização da CEMIG ou da sua divisão em três subsidiárias.

Como se sabe, esse projeto foi enviado pelo Governador Itamar Franco por exigência da ANEEL, que tinha ou tem ainda uma visão privatizante das empresas de energia elétrica no Brasil e, portanto, quer a divisão das empresas para, no futuro, privatizá-las, ou seja, entregar às multinacionais, a preço muito baixo, evidentemente, aquelas empresas que são mais lucrativas, ficando para o Estado apenas os "abacaxis", como foi feito em todo o processo de privatização durante o Governo Fernando Henrique. Portanto, colocamo-nos contrário a essa divisão da CEMIG. Essa tem sido a posição do PT nacionalmente, em oposição ao processo de privatização.

Se não vamos privatizar a empresa, não há por que dividi-la em três. Não há justificativa para essa divisão.

Quando o Governador Itamar Franco remeteu esse projeto para a Assembléia Legislativa, ele mesmo disse que, se fosse Deputado, não saberia como votar, num sinal claro de que discorda da divisão da CEMIG e que estava obedecendo a uma diretiva da ANEEL, que até hoje pressiona o Governo do Estado, impondo multas à CEMIG caso a divisão não ocorra. Acontece, Sr. Presidente, que a Câmara dos Deputados votará uma medida provisória para o setor elétrico. Ela ainda não foi votada por causa de divergências. Um dos pontos que se quer alterar é exatamente esse, que obriga as empresas estatais a se dividirem para serem privatizadas. Essa medida provisória deverá ser votada na semana que vem, e não há por que apressarmos a votação desse projeto de lei nesta Assembléia, sem sabermos o que a Câmara fará. É bom esperarmos para saber o que acontecerá na semana que vem. Foi por isso que solicitei que esse projeto fosse para o final da pauta. Não precisamos, sequer, entrar na sua discussão. Esse foi o sentido do meu requerimento.

Em seguida, aparece o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica ao Município de Taiobeiras. Quero comunicar à Casa e aos que assistem à reunião pela TV Assembléia, para que todos entendam, por que estou aqui discutindo um projeto aparentemente simples. Queremos comunicar que nós, da Bancada do PT, assim como outros Deputados - o Deputado Sargento Rodrigues já está inscrito -, vamos obstruir a pauta para que não cheguemos à discussão desse projeto de divisão da CEMIG.

Além de tudo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva virá a Belo Horizonte quinta-feira para cumprir uma agenda de trabalho em sua primeira visita a Minas Gerais após as eleições. Além de visitar o Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, para agradecer o seu empenho e o do PT em sua eleição, irá também conversar com o Governador Itamar Franco para agradecer o apoio dado à sua candidatura. Ao mesmo tempo, aproveitará para colocar em pauta algumas questões importantes para Minas Gerais. Certamente esse assunto da CEMIG será tratado entre o Presidente e o Governador. Estamos fazendo gestões junto ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que externar ao Governador a posição programática do PT, mostrando que não há necessidade de dividir a CEMIG e que o partido se tem esforçado em nível nacional para alterar

aquela medida provisória. É claro que, para o Presidente pedir ao Governador que retire o projeto, é necessário que a medida provisória seja alterada, porque temos que atuar em conformidade com a lei vigente no País. E a medida provisória, infelizmente, de fato, obriga a CEMIG a providenciar essa divisão. Mas, alterando-se a medida provisória como esperamos, essa exigência cai por terra e não será necessário que esse projeto continue tramitando na Casa. Então, acho precipitada a colocação desse projeto em votação neste momento. Temos que esperar a decisão do Congresso Nacional, e solicito de V. Exa., especialmente aos Deputados que compreenderam e que me ajudaram a aprovar o requerimento que colocou aquele projeto em último lugar na pauta, que continuemos a agir assim na parte da tarde.

Apresentarei requerimento solicitando inversão da pauta, colocando esse projeto em último lugar, para que não seja apreciado e para que ganhem tempo até uma definição do Congresso Nacional.

Deputado Fábio Avelar, um grande defensor das estatais como a COPASA e a CEMIG, fique conosco atento, na parte da tarde, para que esse projeto não tramite e não seja discutido, evitando que o processo de divisão da CEMIG tenha um final que não queremos.

É bom lembrarmos que esta Casa aprovou, por iniciativa do Governador do Estado, uma emenda à Constituição rejeitando a hipótese de privatização da CEMIG e da COPASA, colocando empecilhos e normas, como aprovação de qualquer proposta privatizante por 3/5 da Assembléia. Caso isso viesse a ocorrer, teria de haver um "referendum" popular para saber se essas empresas poderiam ou não ser privatizadas.

Como já existe na Casa sentimento antiprivatização, é evidente que a Casa não votará o projeto de divisão da empresa. Não há motivo de dividi-la, a não ser se fôssemos privatizá-la.

Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, agradecer os colegas Deputados pela aprovação deste requerimento que possibilitou que o Projeto de Lei nº 1.416, que divide a CEMIG, fosse remetido para o último lugar da pauta, possibilitando que iniciássemos na tribuna o processo de obstrução da pauta. Concedo aparte ao Deputado Fábio Avelar.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - V. Exa. levantou um ponto da mais alta relevância, que é tentarmos, junto aos Deputados, retirar esse projeto de pauta, porque o achamos inoportuno. O Deputado Anderson Aducci, semana passada, sugeriu que retirássemos esse projeto de pauta tendo em vista que estava sendo prevista essa modificação na medida provisória.

Achamos que a aprovação desse projeto, neste momento, é inoportuna. Sabemos que a iniciativa da ANEEL de exigir essa aprovação é para facilitar o processo de privatização da CEMIG. Acho que é prudente aguardarmos a decisão do Congresso Nacional.

V. Exa. sabe que temos uma posição bastante firme em relação a esse processo de privatização de empresas públicas. Tivemos aqui uma grande vitória com a Emenda à Constituição nº 50, que se originou da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de minha autoria. Hoje, praticamente se proíbe a privatização de empresas como a CEMIG e COPASA.

V. Exa. pode contar com o apoio deste Deputado, porque sou totalmente contra esse projeto. Acredito que ele tem como único objetivo facilitar a privatização de empresas públicas, que não trouxe benefícios para a sociedade brasileira.

Temos de solicitar aos demais Deputados apoio para que retiremos esse projeto de pauta, para que ele possa aguardar manifestação do Congresso Nacional. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado Fábio Avelar. Teria o prazer de assinar em conjunto com V. Exa. um requerimento. Fiz requerimento passando o projeto, na parte da tarde, para o último lugar da pauta.

Se V. Exa. apresentar requerimento solicitando a retirada do projeto da pauta da reunião da tarde, certamente votaremos favoravelmente ao seu pedido. Agradeço a V. Exa. pela contribuição, importante passo para a obstrução e para a não-votação do projeto.

O Deputado Antônio Andrade insiste em colocar o projeto em pauta. Compreendo seu papel como Líder do Governo, mas, sinceramente, sinto que não há expectativa de aprovação pelo Governador Itamar Franco, até porque ele próprio foi contra o processo de privatização da CEMIG e da COPASA. Foi, aliás, a emenda constitucional que nos enviou à época que nos possibilitou, como relator, radicalizar o impedimento do processo de privatização.

Essa exigência absurda da ANEEL certamente também não tem o apoio de Itamar Franco. O Governador apenas cumpre uma obrigação. Mas nós, Deputados, não somos obrigados a concordar em dividir uma empresa e vendê-la a preço de banana. Vivemos outro período no País. Não estamos mais na fase do oba-oba de leiloar empresas nacionais, entregá-las às multinacionais e dar aval à política imperialista americana, como fez o Governo Fernando Henrique.

O espírito da política nacional é outro. É preciso que a Assembléia Legislativa compreenda-o e absorva-o, integrando-se na esperança que o povo brasileiro deposita no novo Governo e nos políticos em geral.

Concedo, com prazer, aparte ao Deputado Marco Régis, nacionalista ferrenho que, com muito orgulho, tem defendido as causas nacionais nesta Casa.

O Deputado Marco Régis (em aparte)\* - Agradeço ao Deputado Rogério Correia não só o aparte que me concede, como também as palavras elogiosas a mim dirigidas. Já me incluo na categoria dos sem-mandato para a próxima legislatura.

O Deputado Rogério Correia - Infelizmente, Deputado Marco Régis. V. Exa. prestou excelente trabalho nesta Casa, e sua voz nacionalista não será esquecida.

O Deputado Marco Régis (em aparte)\* - Obrigado, Deputado. Perdi a eleição, mas não perdi a atenção. Semana passada, manifestei-me a respeito do Projeto de Lei nº 1.416/2001, neste Plenário, e disse que especialmente nós, os sem-mandato, vamos nos opor frontalmente à sua aprovação nesta Casa.

Regozijo-me com o fato de V. Exa. ter empunhado a bandeira dessa obstrução, porque tem mais legitimidade para fazê-lo do que nós, que não fomos reeleitos. Envidaremos esforços a seu lado e ao lado daqueles que querem preservar as companhias estatais importantes deste País, que ainda estão ao sabor do sopro maléfico do neoliberalismo, no estertor do mandato do Governador Fernando Henrique, que ainda quer influenciar Governos Estaduais para privatizarem empresas públicas importantes como a CEMIG, Furnas e a CHESF.

Acompanhamos pelos jornais que a preservação da CHESF, da ELETRONORTE e de Furnas já tem guarida no Congresso Nacional e no próprio Governo. Há indícios de arrefecimento do ímpeto neoliberal. Não é possível que um Governo derrotado nas urnas devido aos equívocos perpetrados contra o povo brasileiro e, principalmente, contra o patrimônio público, ainda queira causar mais danos.

O neoliberalismo aqui chegou depois do Consenso de Washington e depois que o povo americano e o povo britânico já tinham dúvidas sobre se a diminuição do Estado e a dilapidação do patrimônio público trariam benefícios para seus países.

Assistimos a essa grandiosidade do poder econômico. Como médico, no afã de cuidar da minha profissão, preocupava-me ver um laboratório importante como o CIBA se fundir com o GEYGY e, tempos depois, o CIBA-GEYGY se fundir com outro e formar um laboratório mais importante, o Laboratório NOVARTIS. O que leva empresas tão poderosas a se fundirem? Será que é para o benefício do "coitadinho", que está desprovido de emprego, de teto, de alimento? Não acredito nisso. Cada vez mais essas empresas se fundem no intuito e no desejo de formarem uma empresa poderosa, mais lucrativa e mais enxuta, gerando assim milhares de desempregados em todo o mundo.

Por tudo isso, temos de nos posicionar contrariamente a esse projeto, que sinaliza a privatização da Companhia Energética de Minas Gerais. Nas jornadas em defesa de Furnas, das quais participamos em todo o Estado, lembro-me de ter sido o primeiro Deputado a pedir uma audiência pública, aqui na Assembléia, a qual se deu em um dos Municípios do Lago de Furnas, resultando na chamada "Carta de Alfenas". Aqui, na Assembléia, apesar de sermos uma minoria, lutávamos bravamente. Felizmente, neste mandato, tivemos o apoio do Governador Itamar Franco. Não acredito que o nosso querido político, engenheiro, ex-Governador de Minas, ex-Presidente da República, ex-Ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, concorde com esse projeto, possível contra "esquartejamentos". Já o Governador Itamar Franco, que já deu um "abraço de tamanduá" no Presidente Fernando Henrique Cardoso não vai voltar atrás e querer que esse projeto seja aprovado nesta Casa, pois tem convicção da preservação da CEMIG.

Portanto, Deputado Rogério Correia, estaremos do seu lado e dos chamados "sem-mandatos". Vamos votar contrariamente a esse projeto caso esse intento seja levado à frente.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado Marco Régis.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)\* - Obrigado, Deputado. V. Exa. levanta, a tempo, a discussão com relação à privatização.

No mundo inteiro há uma revisão das privatizações, do modelo neoliberal, do receituário do Fundo Monetário Internacional. O povo brasileiro acabou de dar uma resposta contundente ao modelo econômico e social implementado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma resposta contundente num País continental, que sofreu as conseqüências do receituário cujo item mais importante foram as privatizações.

No caso da energia, que é uma questão estratégica de segurança do Estado, é importante dizer que o próprio FMI começou, neste momento, a fazer uma revisão do seu receituário, para demonstrar o que se pensava: os grandes países poderiam modificar a situação dos países emergentes por meio de investimentos. Mas, ao contrário, houve uma superexploração, que gerou grande devastação social, aumento da miséria, da pobreza, da violência, resultantes de um modelo que nós, da esquerda, combatemos todo esse tempo. E, agora, não se coloca como prioridade um projeto dessa natureza.

Assim Deputado, mais do que defender que a discussão desse projeto seja deixada para o fim, penso que temos de saber do Líder do Governo se, diante do atual contexto político brasileiro, o Governador permanece com a determinação de manter esse projeto na Casa. Com os novos ares trazidos pelo Presidente eleito, que iniciará seu mandato em 1º/1/2003, o Governador Itamar Franco está em outra situação política, que não lhe dá a premência de colocar esse projeto para votação.

Assim, acho fundamental que o Presidente desta Casa não coloque o projeto em votação até que se converse com o Líder do Governo e com o Governador Itamar Franco e se façam negociações. Se há dois ou três meses, o Governador, premido pela pressão da ANEEL, colocava esse projeto em votação nesta Casa, a situação política já é outra, e é neste novo contexto que temos de trabalhar nesse projeto. Assim, não podemos colocá-lo em votação nesta Casa, que já deu sua posição contrária à privatização - portanto, contrária a esse projeto, que a facilita. No novo momento político, é preciso que a posição do Governo do Estado seja reavaliada. E precisamos conversar com o Líder do Governo, Antônio Andrade, para saber qual a posição do Governador neste momento, até para que esse projeto saia de pauta.

O povo mineiro já disse o que quer. E não podemos votar um projeto contrário aos interesses do povo, que, nas urnas, demonstrou com absoluta clareza que não quer esse projeto neoliberal, por isso não quer a privatização de uma estatal, que, aliás, como já colocamos aqui, só será privatizada se houver um "referendum" popular. E o povo mineiro já deu esse "referendum" nas urnas, dizendo que não quer.

Assim, nossa posição final é a de encaminhar para que o Presidente desta Casa não coloque esse projeto novamente em pauta, até que se resolva a questão política do Governador do Estado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado, pelo oportuno aparte, em que lembra que os tempos são outros. Houve, sim, derrota de um projeto que tinha como um de seus pilares o processo de privatização. Aliás, muitas empresas foram privatizadas de forma injusta: as telecomunicações foram privatizadas sem justificativa alguma, e algumas empresas elétricas e outras empresas estratégicas tiveram o mesmo caminho. Felizmente, pela resistência do povo, ainda salvamos importantes empresas, como a CEMIG, Furnas, a ELETRONORTE, a CHESF, o Banco do Brasil e a própria PETROBRÁS. Com muita luta e sacrifício do povo e muita resistência dos partidos de oposição e dos sindicatos, conseguimos breçar a onda privatizante no Brasil.

Assim, nossa sorte é melhor do que a de alguns países vizinhos, como a da Argentina, que já não tem o que vender, já foi completamente massacrada pelo projeto neoliberal e hoje passa por uma crise em que não tem nem condições de cumprir os acordos com o FMI e outros Bancos, o que faz com que a moratória passe a ser a única alternativa, não como um desejo político, mas como uma fatalidade da falência que o povo argentino amarga, fruto desse projeto, que, diga-se de passagem, ali começou mais cedo do que aqui, de modo que felizmente ainda não chegamos aonde chegaram. Certamente, se não houvesse uma interrupção desse processo, chegaríamos ao mesmo destino a que chegou a Argentina, nossa querida vizinha, nestes tempos de neoliberalismo.

Mas a esperança neste País é muito grande, já que, a partir de agora, podemos criar um novo modelo de desenvolvimento, em que o capital produtivo, com a geração de emprego e renda, seja estimulado, ao invés do capital financeiro, especulativo. Portanto, anunciam-se outros tempos, e V. Exa., Deputado Edson Rezende, lembrou-nos muito bem de que a esperança de nosso povo é que isso se consolide.

E é evidente que esse projeto está na contramão destes novos tempos.

É um projeto que quer dividir uma empresa para vendê-la de forma mais fácil ao capital financeiro internacional, às grandes empresas multinacionais. Aliás, a CEMIG foi salva por ação judicial do Governador Itamar Franco, que impediu que o setor minoritário tomasse conta da empresa, porque até isso o ex-Governador Eduardo Azeredo fez. Até entregar a CEMIG para aqueles que tinham ação minoritária o ex-

Governador fez, a mando do Governo Fernando Henrique Cardoso.

É bom que lembremos esse passado, que não é longínquo, em que as nossas empresas eram tratadas com tal desleixo que até mesmo vendendo apenas 1/3 das ações, os setores multinacionais, os setores estrangeiros obtinham o domínio da empresa, tamanho era o ímpeto entreguista da concepção desse projeto neoliberal.

O Deputado Marco Régis (em aparte)\* - Já disse certa feita, nesta Casa, que a situação em que sócios minoritários mandam na CEMIG é repudiada por todo o povo. Qualquer cidadão de menor nível intelectual, que vê novela das oito, reconhece nas tramas de novelas que minoria não manda em maioria. Isso já está enraizado na cabeça do povo que tem cultura de novela. O sócio minoritário não manda na maioria.

É importante esse paralelo feito com a Argentina, da parte de V. Exa. Quando as "cassandras" do Governo diziam que o Brasil caminharia para ser uma Argentina, faziam somente a intimidação do povo, porque a Argentina está um passo à frente do Brasil, desde que se iniciou o processo neoliberal na América Latina. O calhorda Presidente Menem fez tudo que o FMI quis, tudo que o Consenso de Washington queria. No entanto, a Argentina sofreu uma derrocada.

Se o Brasil tivesse seguido todos os passos da Argentina, teríamos caído no mesmo abismo. Ela acabou com o seu patrimônio, com as suas empresas estatais. Os jovens estudantes presentes nesta Casa, nesta tarde, precisam saber que a Argentina vendeu todo o seu patrimônio, todas as empresas; não tem mais nada e deve cada vez mais. O Brasil caminhava para isso.

Nós, brasileiros, que lutamos contra a privatização de Furnas, da CHESF, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da PETROBRAS, podemos nos dar por satisfeitos por termos conseguido manter o nosso grandioso patrimônio.

Jamais perderei o Presidente Fernando Henrique, que privatizou um dos principais bens do povo brasileiro, que é a Companhia Vale do Rio Doce. Disse na Tribuna, certa feita, que o Presidente tinha o seu patriotismo moribundo, porque começou a entregar o patrimônio brasileiro.

O Deputado Rogério Correia - Antes de conceder aparte ao Deputado Sargento Rodrigues, quero situar a nossa obstrução à pauta, porque não podemos permitir que esse projeto de divisão da CEMIG seja aprovado nesta Casa, neste instante.

Quero diferenciar a situação que vivemos daquela situação antiga, em que a moda era privatizar. Há uma luta e uma resistência na Assembléia Legislativa para que a CEMIG não seja dividida.

Já abordamos as questões ideológicas e políticas que nos levam a resistir a isso. Mas é necessário dizer também que o Sindicato dos Eletricitários vem alertando que a divisão da CEMIG, caso aconteça, gerará inclusive um custo maior para a empresa, que será repassado aos contribuintes. É bom que se diga que as contas de luz ficarão mais caras porque a empresa se tornará mais deficitária.

Aliás, esse problema da divisão da CEMIG parece coisa de burocrata, e a ANEEL nem tem feito tanta força para isso... O Deputado Sargento Rodrigues esteve comigo no Ministério Público, junto com o SINDIELETRO, quando fomos entregar ao Dr. Jackson Campomizzi um pedido para que analisasse se a CEMIG poderia ou não receber penalização pelo fato de o projeto não ser aprovado aqui, na Casa. E a conclusão do Promotor de Justiça é que não: "Em nenhuma hipótese, portanto, a CEMIG é destinatária da referida obrigação, não podendo ser, em hipótese alguma, apenada em caso de inadimplência". Esse é o pensamento do Ministério Público.

Então, parece que essa é também uma questão de burocracia interna da CEMIG. Os burocratas querem ver a divisão da empresa, até porque três empresas geram mais cargos, mais diretorias, vice-diretorias, secretarias - podem distribuir melhor, entre eles, o lucro da empresa. Mas isso, evidentemente, vai encarecer o produto energia elétrica, tornando as contas mais caras para os consumidores. É até um caso de PROCON, e gostaria que V. Exa. comentasse esse aspecto, que seria mais um malefício oriundo da divisão da CEMIG. Concedo a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero cumprimentar V. Exa., já que está encaminhando matéria de tanta relevância, e dizer que o Deputado acabou tocando num ponto que certamente chegamos a discutir na Comissão de Administração Pública, da qual V. Exa. e este Deputado são membros efetivos.

Lá tivemos oportunidade, junto com o Sindicato dos Eletricitários, de discutir a razão de esse projeto estabelecer que o sistema de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia seria desenvolvido e explorado diretamente pela CEMIG ou por empresas subsidiárias, o que é a nossa grande preocupação. O que queremos é exatamente que seja executado pela CEMIG.

V. Exa. explica que o Ministério Público se posicionou com clareza sobre a matéria, após análise profunda, emitindo um parecer jurídico do ponto de vista daquele que seria o autor da ação civil pública e que, portanto, teria legitimidade para questionar. E afirma com todas as letras que certamente não haveria, para a CEMIG, a obrigatoriedade de ser apenada pela ANEEL.

Entendemos que essa não foi a posição de algumas lideranças nesta Casa, tanto que, quando discutíamos a matéria na Comissão de Administração Pública, Deputados desta Casa chegaram a afirmar que, se o projeto não fosse votado, a ANEEL poderia multar a CEMIG, e isso traria transtornos para esta.

As palavras de V. Exa. são, portanto, sinceras e refletem verdadeiramente o sentimento do povo mineiro. Por várias vezes tivemos oportunidade de discutir projetos que, certamente, tinham como objetivo principal preservar a CEMIG.

Constatamos também, no início do mandato de Itamar Franco, que o Governador se posicionou de modo frontalmente contrário à privatização de Furnas e do setor elétrico de Minas Gerais.

Ele chegou até a mobilizar tropas da Polícia Militar, para que se posicionassem e demonstrassem, obviamente de forma simbólica, a resistência de Minas às providências que estavam sendo tomadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso.

Houve esse posicionamento por parte do Governador Itamar Franco desde o início, e, um ano depois, deparamos com o chamado apagão. Fernando Henrique, há sete anos no Governo, deixou de investir e de se preocupar com esse setor, que é um ponto sensível a cargo do Estado. Certamente, em outros países, como a Alemanha, o Japão, os Estados Unidos e a França, há um cuidado muito maior com o setor energético. Aqui, o Governo Federal tinha uma preocupação completamente oposta. Certamente, fatos transcorridos durante o nosso mandato e o do Governador Itamar Franco demonstraram, com muita clareza, que esse setor deveria verdadeiramente receber maior atenção do Estado. Portanto, entendemos tudo isso que ocorreu, todas as mobilizações, inclusive a proposta de emenda à Constituição votada, impedindo que a CEMIG pudesse ser privatizada. Tivemos a oportunidade de comemorá-la junto com o povo, com os sindicatos. Várias pessoas, vários cidadãos

tiveram a oportunidade de se manifestar sobre essa matéria para que nós, Deputados, votássemos aquela proposta de emenda à Constituição exigindo que qualquer mudança que houvesse tivesse que passar por um quórum qualificado. Assim foi feito: obedecemos à vontade popular.

Portanto, V. Exa. tem toda a razão em dar esse encaminhamento, essa atenção à matéria. Também estamos cumprindo o nosso papel, porque não podemos permitir que esse projeto seja votado, principalmente antes de uma profunda discussão. Espero que, verdadeiramente, conheçamos, nas suas minúcias, os desdobramentos disso para o consumidor, para o povo, que, certamente, necessita do respaldo do Estado. Do contrário, o Estado perde a função para a qual foi constituído. Entendemos que, verdadeiramente, essa é uma matéria de mais alta relevância. Desta forma, queremos cumprimentar V. Exa. por esse encaminhamento e dizer que estaremos acompanhando toda a tramitação desse projeto. Certamente, ficaremos de plantão no Plenário, para que essa matéria não seja votada como está. Se necessário, estaremos obstruindo a pauta junto com a Bancada do PT. Também a Bancada do PDT - apesar de não estar aqui na condição de Líder, posso afirmar que temos essa posição - acompanhará a Bancada do PT, no encaminhamento dessa matéria. Parabéns V. Exa. pelo encaminhamento e pela discussão do projeto. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues, pela compreensão de V. Exa., do seu partido, o PDT, em relação à importância dessa obstrução. Queria ainda chamar a atenção dos nobres colegas Deputados para um fato: fiz a entrega, por solicitação do Sindicato dos Eletricitários - SINDIELETRÔ -, ao futuro Governador, Deputado Federal Aécio Neves, de um documento solicitando que nos ajudasse a retirar essa exigência da ANEEL na medida provisória que tramita no Congresso Nacional e que deve ser votada na semana que vem. Não foi votada nesta semana porque não houve acordo, mas está na pauta para a semana que vem. Fiz essa solicitação ao Deputado Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados e nosso futuro Governador, durante a visita que ele fez, esta semana, a esta Casa. Solicitei que nos ajudasse nessa medida, até lembrando que, por ocasião da discussão sobre Furnas, ele se colocou contra sua privatização na forma como o Governo Fernando Henrique desejava fazer, ou seja, dividindo a empresa. Era assim que o Governo Federal queria privatizar Furnas. Dividiria a empresa em três subsidiárias e venderia o filé, a parte melhor, para o capital financeiro, para as empresas multinacionais, deixando com o Estado - no caso, a União - o osso para ser roído e, portanto, o prejuízo para o Estado e para o povo brasileiro. O próprio Deputado Aécio Neves, naquela ocasião, embora sendo do PSDB, partido de Fernando Henrique, posicionou-se ao lado de Furnas, tal era o absurdo daquele processo de privatização.

O processo agora é semelhante. Então, pedimos ao Deputado Aécio Neves que mantenha coerência entre a atitude que defendeu no passado e a de agora.

Aliás, ele solicitou ao Governador Itamar Franco o envio a esta Casa de um pedido de delegação para elaborar lei cujo teor ainda não conhecemos, prevendo o enxugamento de cargos. Enxugar cargos é mais um motivo para não se dividir a CEMIG em três empresas, porque isso vai significar a criação de mais cargos de direção, enfim, de mais gastos. Mas esse é outro assunto, que deveremos tratar depois.

#### Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, V. Exa. pode verificar que não há quórum para a continuação dos nossos trabalhos. São pouquíssimos os Deputados em Plenário, o que já é, inclusive, manifestação de desagradamento com relação ao prosseguimento da matéria. Portanto, peço a V. Exa. que encerre, de plano, a reunião, como determina o Regimento, resguardando o meu tempo de discussão do projeto que trata da doação, por parte do Poder Executivo, do imóvel que especifica ao Município de Taiobeiras.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

### ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 411ª reunião ordinária, EM 19/11/2002

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Parecer da Comissão de Justiça sobre o Projeto de Lei nº 2.103/2002, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capinópolis o imóvel que especifica. O parecer conclui pela antijuridicidade do projeto.

Requerimento nº 3.361/2002, da Comissão de Turismo, solicitando ao Diretor-Geral do DER - MG as informações que menciona sobre o cronograma das obras de reparos nas estradas de acesso a São João Del-Rei e região. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 3.368/2002, do Deputado João Batista de Oliveira, em que solicita ao Secretário de Assuntos Municipais a relação dos convênios assinados entre essa Secretaria e as prefeituras municipais no período de julho de 2001 a maio deste ano, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Requerimento nº 3.370/2002, da Comissão de Saúde, em que pede informações ao Secretário da Saúde sobre o número de convênios assinados para o repasse de verbas, bem como sobre os órgãos e municípios com os quais foram firmados, além de outras que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 3.398/2002, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando informações ao Presidente da COPAM sobre a existência de granja avícola no perímetro urbano da cidade de Canaã, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 3.404/2002, do Deputado Ermano Batista, em que solicita informações ao Governador do Estado e aos Secretários da Fazenda e da Educação sobre os recursos orçamentários realizados em favor da UEMG, da UNIMONTES e demais instituições afiliadas, bem como sobre sua destinação futura. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

## 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.416/2001, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.655, de 18/9/84, alterado pela Lei nº 12.653, de 23/10/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Meio Ambiente, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.326/2002, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.392/2002, dos Deputados João Batista de Oliveira e Antônio Andrade, que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento sustentado da cadeia produtiva do algodão e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.220/2000, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre a necessidade de se dotarem os estabelecimentos instalados às margens das rodovias do Estado de equipamentos para tratamento de esgotos e separação de resíduos sólidos, óleos e graxas. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.400/2001, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio do Muriaé o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário o Deputado Rêmolo Aloise solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.910/2001, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o Governo do Estado a doar à Câmara Municipal de Joáima o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.974/2002, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Política Agropecuária.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da CPI dos Cartórios, a realizar-se às 10 horas do dia 19/11/2002

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 112ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 19/11/2002

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.901/2001, do Deputado Álvaro Antônio; 2.239/2002, da CPI do Preço do Leite; 2.255/2002, da Deputada Elbe Brandão; 2.307/2002, do Deputado Carlos Pimenta; 2.370/2002, da Deputada Maria José Hauelsen; 2.391/2002, do Deputado João Batista de Oliveira; 2.404/2002, do Deputado Eduardo Brandão; 2.445/2002, do Deputado Antônio Andrade.

Em turno único: Mensagem nº 343/2002, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 95ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 19/11/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.543/2002, dos Deputados Marco Régis, Aílton Vilela e Pinduca Ferreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 98ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 19/11/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3/99, do Deputado Sávio Souza Cruz.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.746/2001, do Deputado João Pinto Ribeiro; 1.425/2001, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 125ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 20/11/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.063/2002, do Deputado Arlen Santiago.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre a apuração da morte da jovem Cristiane Aparecida Ferreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão Especial da SAMARCO, a realizar-se às 15 horas do dia 20/11/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

# EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Antônio Andrade, Maria José Haueisen e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/11/2002, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, a construção de um presídio em Santa Luzia, na localidade de Alto da Maravilha.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2002.

José Milton, Presidente.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 409ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 12/11/2002

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público das galerias, quando se tem que fazer justiça, subimos a esta tribuna. Nesta semana aconteceu um fato na Secretaria da Segurança, quando um empresário chamado Maurício foi extorquido pela Delegada Iracema. Depois de se identificar em um carro da Polícia Civil, a Delegada prendeu Maurício no CEASA, levou-o para um lugar reservado, ameaçou e pediu R\$7.500,00. Maurício deu apenas R\$150,00, para concluir a negociação com a Delegada posteriormente.

Todo cidadão deveria ter a coragem do Maurício, que relatou o fato à Corregedoria de Polícia Civil, que o orientou como deveria proceder. Seguindo essas orientações, marcou encontro com a Delegada em lugar onde já os aguardavam uma equipe de Delegados e Detetives, que fariam o flagrante. Parabenizo a Corregedoria da Polícia Civil, o Corregedor Sérgio de Freitas e Renato Patrício. Ontem, no local onde Maurício tem o sacolão, foi feito o flagrante com a Delegada. Havia dois Delegados e seis Detetives presentes. Quando a Delegada viu que estava sendo autuada em flagrante, tentou fugir, só não o fazendo porque teve o pneu de seu carro furado por um Detetive. Esperamos que essa Delegada não fique tranqüilamente recebendo seu salário enquanto aguarda julgamento, nos corredores da Polícia Civil.

É engraçada a atitude do Secretário da Segurança, lamentando a prisão da Delegada. Não há o que lamentar, pois ela realmente tem de ser expulsa da corporação. Esperamos que a Delegada seja presa e tenha um julgamento mais enérgico. Em nossa experiência na CPI, os Delegados que foram denunciados e tiveram provado seu envolvimento com o narcotráfico estão nos corredores da Polícia Civil. A Delegada, que se encontra no DEOESP, já tem advogado requerendo seu "habeas corpus", que é um direito que a ela assiste. Espero que o Secretário da Segurança não lamente sua prisão. Ela necessita ser presa e energeticamente punida.

Desconhecemos o funcionamento do estatuto da Polícia Civil, mas, passado algum tempo do crime cometido, tudo continua do mesmo tamanho. Faço justiça à Corregedoria da Polícia Civil de nosso Estado, que agiu corretamente, instruindo o Maurício, que estava sendo extorquido, a fim de proceder ao flagrante.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)\* - Sr. Deputado, discordo da interpretação dada por V. Exa. ao fato de o Secretário da Segurança Pública ter lamentado o fato, ou seja, a prisão da Delegada. Creio que a interpretação do Secretário não é esta. Conhecemos a honradez e a dignidade do Secretário e cremos que ele lamentou, sim, ter nos quadros da Polícia Civil uma Delegada desse naipe. A lamentação do Secretário se dá em virtude do mau procedimento da Delegada de Polícia, que desonrou a Polícia Civil, conduzida com seriedade pelo Secretário.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sem querer levar para o lado pessoal, várias vezes, à época da CPI, quando falávamos do ex-Secretário Mauro Lopes, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva sempre o defendia, dizendo que estava havendo interpretações erradas por parte da CPI. O Deputado é muito sério, apenas temos pontos de vista diferentes. Conheço aquela parte da Polícia Civil e já sofri muito com ela, por isso estou elogiando quem merece ser elogiado. Alguns secretários que ocuparam essa Pasta nunca receberam elogios da minha parte, como, por exemplo, o ex-Secretário Mauro Lopes, que foi ao Ministério Público e denunciou a CPI. Fiz um desafio público a ele e até hoje não obtive resposta.

Outra divergência de interpretação está na prisão da Delegada. Respeito a opinião do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, mas não lamento a prisão da referida Delegada.

Quero, mais uma vez, parabenizar a Corregedoria da Polícia Civil, os Delegados que atuaram, os Detetives. Queremos, em nosso Estado, uma polícia transparente, séria. Temos Delegados citados em processos do narcotráfico que continuam na ativa. Estou apresentando alguns documentos ao Ministério Público para denunciá-los. Fiquei muito satisfeito com o que vi em relação à Polícia Civil. Queremos essa polícia honesta.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Maria José Haueisen, todos os presentes nas galerias, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, tenho recebido inúmeros relatos de pais e familiares de alunos do Colégio Estadual Milton Campos, o conhecido Colégio Estadual Central de Belo Horizonte.

Considerado, durante muitos anos, o melhor Colégio da Capital, o Estadual Central formou gerações que vêm se destacando em nosso meio, nos mais diversos setores de atividades. Com capacidade para abrigar um grande número de alunos e com uma localização privilegiada, o Colégio conta com professores competentes, que procuram manter a tradição de excelência desse estabelecimento.

Ultimamente, porém, as dificuldades vêm se avolumando: são necessidades materiais de toda ordem, que vêm inviabilizando até mesmo o funcionamento de rotina. Só para ilustrar, consta que chegou a faltar papel para a realização das provas do mês de outubro. Há pouco tempo houve rápida paralisação, em que ocorreu manifestação dos alunos e pais, mas a situação de dificuldade persiste.

As providências têm de ser definitivas, para restabelecer a normalidade dos serviços educacionais que o Estado tem o dever de proporcionar aos alunos. Minas não pode perder esse patrimônio, e os mais de mil alunos desse Colégio não podem ficar prejudicados por deficiências materiais.

Fala-se, na comunidade escolar, na possibilidade do fechamento dessa instituição. Estou confiante, porém, de que isso não acontecerá. As soluções virão, pois o Secretário Murílio Hingel é um homem sério, que vem conduzindo com brilhantismo e seriedade, ao longo do Governo Itamar Franco, a educação em nosso Estado. Como professor que é, há de dar especial atenção aos problemas atuais e afastar definitivamente a hipótese de fechamento do Estadual Central.

Solicitei, nesta data, à Comissão de Educação desta Assembléia a realização de amplo debate sobre o tema, e estou certo de que a situação estará resolvida em breve.

Peço aos nobres colegas Deputados que apoiem essa iniciativa, participem dos debates e apresentem sugestões para revigorar esse tradicional estabelecimento de ensino, patrimônio de todos os mineiros.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, na tarde de hoje, faço esse pronunciamento, preocupado com os prenúncios da possibilidade de fechamento do Colégio Estadual Milton Campos, o tradicional Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, pois sabemos que, quando se abre uma escola, fecha-se uma prisão, e o inverso também pode ser verdadeiro.

É preciso que a Secretaria da Educação e a Assembléia envidem todos os esforços para que isso não aconteça. Os nobres colegas, a Comissão de Educação e eu faremos todo o possível para que mais esse fato desagradável e prejudicial à educação não se efetive. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos vê pela TV Assembléia, voltamos a esta tribuna nesta tarde para, infelizmente, falar mais uma vez sobre as deficiências da segurança pública em nosso Estado. Desta vez, destacaremos um fato, mas o foco principal de meu pronunciamento não será o fato, mas seus desdobramentos e conseqüências, graças ao sistema carcerário de Minas Gerais, com as rebeliões em suas cadeias e penitenciárias.

Com muita tristeza, informo a morte do Sarg. Milton Bacelar Assunção, com 45 anos de idade e 23 anos de serviço prestados à polícia, Comandante do Destacamento de Águas Vermelhas, casado com a Sra. Dirlene Rodrigues de Assunção e pai de quatro filhos: Mirlene, 20 anos; Sara, 18 anos; Milton Júnior, 12 anos; e Rômulo, 9 anos. (- Lê:)

"No dia 5 de novembro último, o Sarg. Milton Bacelar Assunção foi covardemente assassinado, quando se deslocava de Águas Vermelhas para Teófilo Otôni, onde prestaria depoimento no fórum. O militar estava no ônibus da Viação Rio Doce, que faz a linha Teófilo Otôni-Vitória da Conquista. Ele viajava fardado - uma de suas grandes infelicidades.

Por volta das 21 horas do dia 5 de novembro, próximo ao Km 258 da BR-116, uma mulher, ainda não identificada, fez sinal para que o ônibus parasse. Assim que parou, dois marginais, conhecidos como Washington Hilário e Silvio Porto Silva, ambos condenados pela Justiça, saíram de matagal próximo e adentraram no ônibus, anunciando o assalto. Após notarem a presença do Sargento, renderam-no e tomaram-lhe a arma, um revólver calibre 38. O Sargento tentou convencê-los a não fazerem nada com os outros passageiros. Então, um dos homens, o Silvio, de 24 anos, disparou contra o policial, que já estava desarmado. O tiro atingiu a boca do Sargento, que morreu na hora. Fazendo ameaças a outros passageiros, o trio roubou cerca de R\$52,00 do cobrador e deu ordem ao motorista para que continuasse a viagem. Após 14km, ordenaram que parasse o veículo e fugiram do local. Os dois homens foram presos horas depois com a arma do crime e a que pertencia ao Sargento. Vale ressaltar que o Silvio é foragido da Penitenciária Agrícola de Teófilo Otôni e que, contra o Washington, há 11 mandados de prisão. Ambos são acusados de vários assaltos na região do vale do Mucuri. O Sarg. Milton deixou a esposa e quatro filhos, sendo que a mais velha tem 20 anos, a outra tem 18, um menino tem 12, e o mais novo tem 9".

Fizemos questão de ler esse texto, evidenciando a perda de mais um companheiro, que já havia prestado 24 anos de serviço à sociedade mineira, defendendo-a de marginais, já que era Comandante de Destacamento da cidade de Águas Vermelhas. Lamentamos a perda de mais um companheiro e cidadão, justamente daquele que é pago pelo Estado para defender a sociedade, de forma cruel e bárbara, sem ter esboçado nenhuma reação. Mesmo implorando que não fizessem nada com os demais passageiros que se encontravam no ônibus, não obteve a menor complacência.

Temos de refletir. Se o cidadão que pratica um crime como esse, matando um policial indefeso e roubando passageiros de um coletivo, não pensa nos direitos humanos daquela vítima, como podemos admitir que possa gozar de algum direito humano? No momento do crime, nem sequer se lembrou de que a vítima era um ser humano.

Temos denunciado constantemente as fugas ocorridas nos distritos e nas delegacias. Ontem, da Delegacia de Furtos e Roubos, fugiram três pessoas perigosas, homicidas e latrocidas. Esse é o nosso maior temor. Anteriormente, já disse que a Polícia tem um trabalho enorme para efetuar a prisão do indivíduo, para que seja conduzido à delegacia. O Delegado, por sua vez, autua o flagrante e remete o laudo de prisão em flagrante; o Promotor marca uma audiência, ouve as testemunhas de defesa e de acusação e oferece denúncia; o Juiz marca novas audiências. O custo de tudo isso para a população é altíssimo. E o cidadão é condenado e entregue à penitenciária, como no caso desses dois cidadãos, sendo que sobre um pesam 11 mandados de prisão por prática de vários delitos e o outro é foragido da Penitenciária Agrícola de Teófilo Otôni.

Hoje, às 15 horas, será realizada uma reunião da CPI do Sistema Prisional, presidida pelo Deputado Ermano Batista. Ouviremos várias autoridades, como a Secretária Ângela Pace, o Comandante da 7ª Região e o Coronel reformado Isac, Diretor da Penitenciária. Temos de estar atentos, porque essas fugas estão virando brincadeira.

Chamamos a atenção para o fato de que esse policial que morreu estava fardado. O marginal viu que se tratava de policial militar e não deu a mínima importância àquilo que representava, que é o poder armado do Estado. Simplesmente deu um tiro em sua boca e o matou covardemente. O que será, então, do cidadão que encontra pela frente esses marginais que estão fugindo? Se com policial estão fazendo isso, o que farão com o cidadão de bem, ordeiro, trabalhador, sofrido, que pega ônibus lotado, que carrega marmitta debaixo do braço, que sua muito para conseguir ganhar o seu mísero salário no final do mês? Esse é vítima de marginais que não se lembram, em momento algum, da dor do ser humano.

Precisamos tomar atitudes urgentes. Não podemos ficar de braços cruzados, deixar que nossas penitenciárias, nossos distritos policiais continuem sendo palco de fugas e até de churrascos, como aconteceu na Penitenciária José Maria Alkimim.

A nossa grande preocupação nesta tarde está voltada para todo o trabalho que é feito pela Polícia, pelo Ministério Público e pelo Judiciário, com um custo altíssimo para o contribuinte, para o cidadão que paga imposto, não para o Governo. Sabemos que uma das cargas tributárias mais altas do mundo é a do Brasil; está, pelo menos, entre as cinco mais altas.

Nós, Deputados, temos de reagir, instalar uma Comissão de Segurança Pública. Os Deputados precisam tomar uma atitude e fazer com que essas fugas tenham um basta. Precisamos convocar o Comandante da PM, o Secretário da Segurança Pública. Temos de tomar as dores do cidadão. Não podemos deixar que pessoas inocentes continuem sendo vítimas de marginais condenados que fugiram.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)\* - Deputado, fico feliz em observar o seu entusiasmo, a sua garra e disposição na defesa do generoso povo mineiro. É do conhecimento de todos a preocupação, o trabalho e a dedicação constante do Governador no combate à violência, mas sabemos das limitadas condições financeiras do Estado. Mesmo assim deu atenção muito especial à PM, investiu na segurança pública, mas essas ações ainda são ineficientes diante dos grandes desmandos nesse setor em Minas Gerais e no País.

Fico assustado observando a minha terra natal, Ibitiré, com quase 150.000 habitantes, uma das cidades mais carentes do Estado. O índice de criminalidade praticado pela juventude é o mais elevado da Grande BH. Nestes dias estamos empenhados num grande mutirão contra a violência, tentando adquirir viaturas para as Polícias Civil e Militar. O Prefeito de Ibitiré, meu irmão, Toni Pinheiro, tem desenvolvido todos os esforços para também adaptar e estruturar o policiamento da melhor maneira, mas mesmo assim a nossa força é pequena diante desse grande problema do Brasil.

Domingo, fiquei espantado ao ler no jornal "Estado de Minas" a notícia de que 200, 400 viaturas se encontram paradas no pátio da Secretaria da Segurança Pública, enquanto inúmeras cidades, inclusive Ibitiré, estão lutando, com todo o sacrifício, na busca de uma viatura. Aliás, diante desse fato, apresentei um requerimento de convocação do Secretário da Segurança Pública, a fim de que venha a esta Casa prestar esclarecimentos e apontar um caminho para a solução desse grave problema.

Ilustre Deputado Sargento Rodrigues, concordo com suas palavras e espero que esta Assembléia, o Governo mineiro, enfim, todos nós, com muita coragem e de forma eficiente, busquemos solucionar esse grande problema. Parabéns, Deputado Sargento Rodrigues!

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Obrigado, Deputado Dinis Pinheiro.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. é testemunha da nossa preocupação com a segurança pública, com o combate à violência que cresce assustadoramente em todo o Brasil.

Farei uma reflexão neste momento, como alguém que participa há muito tempo da luta pela dignidade humana, no espaço de defesa dos direitos humanos. Faço parte de uma comissão pastoral de defesa dos direitos humanos. Deputado Sargento Rodrigues, em nenhum momento da minha história, da história da comissão de que participo e das que conheço, que lutam pelos direitos humanos, existe qualquer ação facilitadora, por exemplo, de fugas. A sua fala, eventualmente, pode favorecer essa interpretação. Isso é extremamente perigoso. Estamos, às vezes, habituados a criticar determinado setor, mas, na fala de V. Exa., essa conclusão, que pode ser estabelecida, não é justa com quem defende os direitos humanos. Não conheço na História do Brasil nenhuma pessoa que defenda os direitos humanos, nas organizações de que tenho participado e convivido - inclusive presidi a Comissão de Direitos Humanos desta Casa -, que tivesse proposto, por exemplo, que a lei deixasse de ser cumprida ou que facilitasse a vida daqueles que praticam crimes e violência.

Nessa luta de combate à violência, de melhoria do Estado, de relação mais fraterna e mais justa entre as pessoas, espero que V. Exa. considere os defensores dos direitos humanos como seus parceiros, e não como adversários. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Deputado Adelmo Carneiro Leão, agradeço as suas palavras. Se ficou algo dúbio em meu pronunciamento, esclareço que compartilhamos do mesmo ponto de vista. Certamente nos falta fraternidade para vencer grandes obstáculos, como as dificuldades enfrentadas pelos menos favorecidos em todo o País.

O nosso questionamento se deve ao fato de que os marginais se esquecem de que praticam crimes contra outro ser humano. Essa é a nossa indagação. Não fazemos oposição à defesa dos direitos humanos. Pelo contrário: queremos, cada vez mais, ressaltar a sua importância. A Associação dos Praças, Policiais e Bombeiros Militares criou uma Comissão de Direitos Humanos para que discutíssemos, de igual para igual com outros organismos, propostas e melhorias, já que os direitos humanos dos policiais, ao longo de vários anos, foram feridos pelas autoridades incompetentes e truculentas. Portanto, deixo bem claro que apoiamos as palavras de V. Exa.

Ficamos preocupados porque um ser humano não teve a coragem de lembrar que atrás daquele policial também existia outro ser humano. Temos de fazer essa reflexão.

Ressalto a nossa preocupação com o cidadão que vem pagando seus impostos e sofrendo para vencer nesta vida. Vivemos hoje uma busca incessante, uma luta incessante. Pais de família, pessoas que vão à escola, crianças, adolescentes ou senhoras, constantemente estamos sendo vítimas de marginais. O Governo do Estado, a Assembléia, o Judiciário e o Ministério Público, por obrigação, têm de ser responsabilizados por essas mortes que estão acontecendo, sejam do policial, sejam do agente penitenciário, sejam do policial civil, sejam do bombeiro ou de qualquer outra vítima dessa escalada de violência que vem assolando o nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 23/10/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelino de Carvalho

exonerando Geneci Sipriano do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando José Rodrigues de Jesus para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Elenisce Lúcia Soares Lopes. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir de 13/11/2002.

#### TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Edson Morato. Objeto: prestação de serviços na área de saúde. Objeto deste aditamento: rescisão do termo de credenciamento. Vigência: a partir de 14/11/2002.

#### ERRATAS

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial do CEPS-IPSEMG para Emitir Parecer sobre o Convênio Firmado entre o CEPS e o IPSEMG

Na publicação do edital em epígrafe, verificada na edição de 14/11/2002, na pág. 29, col. 3, onde se lê:

"Vice-Presidente e de se designar o relator.", leia-se:

"Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos."

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 15/11/2002, pág. 31, col. 2, onde se lê:

"Na data de 23/11/2002, ...", leia-se:

"Na data de 23/10/2002, ...".